

Conhecimentos tradicionais e culturais dos camponeses: Produção agrícola com base nos saberes empíricos

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.010-058>

Robison Risso

Mestrando em Educação
Universidade Comunitária da Região de Chapecó -
Unochapecó
E-mail: robisonrisso@yahoo.com.br
ORCID: orcid.org/0009-0002-8396-7972
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/2463672615095000>

E-mail: rafaela.ferr@hotmail.com
ORCID: orcid.org/0009-0002-1446-540X
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/0001043709535885>

Leonel Piovezana

Doutor em Desenvolvimento Regional
Professor do PPGE da Universidade Comunitária da
Região de Chapecó - Unochapecó
E-mail: leonel@unochapeco.edu.br
ORCID: orcid.org/0000-0001-8577-319X
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8196195261847883>

Rafaela Ferreira Giroto

Mestranda em Educação
Universidade Comunitária da Região de Chapecó -
Unochapecó

RESUMO

Este estudo investiga os conhecimentos tradicionais e culturais dos camponeses na produção agrícola, especialmente os saberes empíricos. Foca em contribuições para as teorias dos Movimentos Sociais, considerando a disputa no campo do conhecimento e as resistências às produções empíricas em áreas de assentamentos da Reforma Agrária. Os objetivos incluem analisar concepções de educação do campo, identificar práticas tradicionais camponesas e analisar como o MST concebe e se recria a partir do conhecimento tradicional. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de campo, cujo referencial teórico está alicerçado em autores como Caldart (2009; 2012), Freire (1987) e Santos (2007). A pesquisa de campo, realizadas com as lideranças do MST e camponeses do Assentamento 25 de Maio e do Assentamento Dom José Gomes do município de Chapecó/SC, destacou a evolução das técnicas de produção, aliadas à tecnologia e ao fortalecimento das cooperativas, melhorando as condições de vida nos assentamentos. As entrevistas com indicaram um problema de não sucessão familiar nos lotes de assentamentos, levando ao êxodo rural e à formação de mini latifúndios. Apesar disso, os assentamentos mantêm experiências de resistência e produção de alimentos saudáveis, como a feira do pequeno agricultor em Abelardo Luz. Foram observadas, no decorrer da pesquisa, experiências de produção que evitam o uso de produtos químicos e técnicas agressivas ao solo, mostrando que é possível ter renda sem aderir ao modelo convencional de produção, valorizando a natureza como parte essencial da vida.

Palavras-chave: Saberes, MST, Tradicional, Cultura, Camponeses.



1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa sobre os saberes tradicionais e culturais dos camponeses tem como objetivo contribuir para as teorias dos Movimentos Sociais, considerando a constante disputa no campo do conhecimento e as resistências às produções empíricas nas áreas de assentamentos da Reforma Agrária. Nesse sentido, a *educação do campo* trata de tais conhecimentos como ponto de partida e de chegada em suas metodologias de ensino. Norteados pela pergunta “Como camponeses concebem experiências tradicionais e culturais e suas relações com o conhecimento científico?”, este estudo buscou identificar, a partir das experiências do MST, conhecimentos que foram sendo construídos ao longo de gerações, como o modo de lidar com a terra e de conviver com as pessoas, respeitando e preservando valores, saberes empíricos e tradicionais.

Por tratar-se de um percurso construído ao longo da elaboração de uma dissertação de mestrado em Educação, o objetivo geral deste estudo foi desdobrado em quatro objetivos específicos, a saber: a) Analisar concepções de *educação do campo* quanto aos conhecimentos tradicionais e culturais dos camponeses do MST e suas relações com o conhecimento científico; b) Identificar conhecimentos tradicionais camponeses praticados por agricultores assentados do MST e meios de preservação e continuidade passadas de geração para geração; c) Analisar como o MST e processos de formação, no contexto da *educação do campo*, concebem e se recriam a partir do conhecimento tradicional e de preservação da semente crioula; e d) Relacionar os conceitos discutidos pela *educação do campo* com a luta dos movimentos sociais.

Quanto à metodologia, o estudo caracteriza-se como revisão bibliográfica, pesquisa de campo e de intervenção do pesquisador, que é filho de assentados do MST. A abordagem utilizada foi o materialismo histórico dialético, e a ferramenta de análise foi a metodologia de análise de conteúdo de Bardin (2016).

No texto a seguir foram abordados alguns aspectos relevantes, como o referencial teórico baseado nos estudos de Caldart (2009; 2012), Freire (1987) e Santos (2007), e algumas considerações alcançadas através da pesquisa de campo. Cabe ressaltar que esta produção é parte do resultado de uma pesquisa longamente desenvolvida no local de pertencimento do pesquisador Robison Risso, o Assentamento do MST 25 de Maio, localizado no município de Abelardo Luz/SC.

2 MOVIMENTOS SOCIAIS NA PERSPECTIVA DA TEORIA CRÍTICA DE BOAVENTURA

Para abordar a Teoria Crítica, é fundamental partir da premissa de que seu propósito é explicar ou compreender a realidade. Analisar a teoria de maneira crítica implica, primordialmente, descrever o que é em relação ao que ainda não é, mas pode vir a ser. A Teoria Crítica revela a essência dos fenômenos por meio da compreensão de seu desenvolvimento histórico e do contexto em que se constituíram (Santos, 2007). Sua compreensão, neste estudo, baseia-se fundamentalmente nos estudos

de Boaventura de Sousa Santos (2007), cujo intuito é compreender como a crítica pode influenciar a busca por emancipação social, e gerar o espírito de inconformismo diante da realidade, culminando na construção de um caminho para uma nova teoria que oriente para a superação da exploração e da injustiça social.

De acordo com o autor, uma das questões que se mostra central nesta discussão refere-se à experiência do povo, que às vezes guarda expectativas que se tornam enraizadas em sua cultura de que quem nasce em tal situação social, morre sem superar esse estado (Santos, 2007). Nas sociedades antigas, as experiências coincidiam com as expectativas do povo, pois quem nascia pobre e iletrado, morria na mesma condição em que nascera. Em contrapartida, na sociedade moderna, o estado que nascemos pode sim ser superado no decorrer da vida. Para Santos (2007, p. 18) “Essa discrepância entre experiências e expectativas é fundamental para entender o que pensamos, e como pensamos a emancipação social na sociedade moderna”.

A contradição entre experiência e expectativa é evidente em uma sociedade onde as expectativas da população em nível global são predominantemente negativas. Isso ocorre porque a estrutura governamental que organiza e elabora as políticas sociais está voltada para atender os interesses do grande capital, em detrimento da maioria da população, que pertence à classe trabalhadora. Como resultado, as mudanças noticiadas pelos meios de comunicação frequentemente indicam deteriorações em áreas essenciais da vida, como saúde, previdência social e educação. Mesmo enfrentando uma crise marcada por discrepâncias entre experiências e expectativas, regulação e emancipação, é indiscutível que necessitamos de uma sociedade mais justa, digna e inclusiva para todas as pessoas, sem exceções.

Assim, partindo deste pressuposto é que se inserem os movimentos sociais, objetivando pensar mecanismos de contribuição para a busca da emancipação social, em vista de uma transformação estrutural na sociedade, através do acesso à moradia, meios de produção e vida com dignidade. O problema, na prática, é que normalmente, as teorias não estão em consonância com a realidade, e não trazem, de fato, contribuições que ajudem a romper os paradigmas que barram a revolução da estrutura social.

Hoje vivemos um problema complicado, uma discrepância entre teorias e prática social que é nociva para a teoria e também para a prática. Para uma teoria cega a prática social é invisível; para uma prática cega, a teoria social é irrelevante (Santos, 2007, p. 20).

A reflexão do autor é importante para os movimentos sociais, que necessitam de articulação para dar conta da contradição que existe entre a teoria e a prática, afinal, é fundamental que se construa um novo modo de produzir conhecimento, que gere alternativas que leve à revolução que os movimentos almejam. Em consequência é preciso citar:



[...] o mais preocupante do mundo de hoje é que tanta experiência social fique desperdiçada, porque ocorre em lugares remotos. Experiências muito locais, não são muito conhecidas nem legitimadas pelas ciências sociais hegemônicas, são hostilizadas pelos meios de comunicação social, e por isso tem permanecidos invisíveis “desacreditadas”. Ao meu ver, o primeiro desafio é enfrentar esse desperdício de experiências sociais que é o mundo (Santos, 2007, p. 24).

Segundo Santos (2007), a razão indolente ou razão metonímica contribui para o desperdício das experiências sociais, ao contrair, diminuir e subtrair o presente. Esse fenômeno ocorre porque a concepção de mundo da maioria das pessoas é fragmentada, o que impede a visão da totalidade das relações estabelecidas nas diversas esferas da sociedade. Nesse contexto, surge uma contradição: as pessoas expandem a visão do futuro como algo grandioso, ao mesmo tempo em que contraem a percepção do presente, impossibilitando a compreensão integral. O ideal seria o movimento oposto: expandir o presente e contrair o futuro, acumulando mais experiências no presente para uma melhor preparação para o futuro.

Ao analisar do ponto de vista das dicotomias existentes, uma se destaca: a de que o único saber rigoroso é o saber científico, e outros conhecimentos não têm validade ou utilidade na ciência aplicada. Tal afirmação tem o objetivo de menosprezar conhecimentos populares de grupos como camponeses e indígenas que foram construídos ao longo de séculos de experiências.

E como tal, as práticas sociais que se organizam nesse tipo de conhecimentos não são críveis, não existem, não são visíveis. Essa monocultura do rigor baseia-se, desde a expansão europeia, em uma realidade: a da ciência ocidental (Santos, 2007, p. 28).

Assim, torna-se imprescindível lançar luz à luta de classes, uma vez que tendo o camponês e seus saberes como referência, é preciso inferir que existem constantes ataques por parte do sistema capitalista, cujo intuito é apagar a importância de suas experiências, forçando uma dependência das empresas multinacionais em todo o processo produtivo, como já apontava Marx em sua teoria sobre o capital. Manter viva a experiência é sustentar a resistência contra a possível extinção do campesinato e suas tradições.

Durante os estudos no curso Técnico em Agroecologia, é possível compreender que essa monocultura está presente fortemente desde a origem do processo produtivo, que é o domínio da semente. A partir do momento em que o agricultor perde a independência de sua própria semente, torna-se refém de todo o pacote tecnológico de produção das grandes corporações. O passo seguinte é a inviabilização das experiências camponesas, que não se aplicam às mudanças genéticas já estabelecidas na semente e que ocasionaram um ciclo vicioso que percorrerá toda a linha produtiva, até o comércio do produto final, que deixa apenas uma pequena parte para o produtor.

Outro processo de monocultura que deve ser aprendido é o da naturalização das diferenças que acaba por ocultar hierarquias, que classificam as pessoas de acordo com sua etnia, classe ou opção



sexual. A hierarquia é um resultado dessa naturalização, afinal, se constrói a ideia de que essas classificações são naturais, fazendo parecer que a hierarquização é um processo natural.

Ao contrário da relação capital/trabalho, aqui a hierarquia não é a causa das diferenças, mas sua consequência, porque os que são inferiores nessas classificações naturais o são “por natureza”, e por isso a hierarquia é uma consequência de sua inferioridade; desse modo se naturalizam as diferenças (Santos, 2007, p. 30).

No que tange às mudanças nas relações sociais na tradição ocidental, a globalização se mostra uma ferramenta poderosa para anular os conhecimentos locais, valorizando somente aqueles de interesse universal. Tal lógica aparece, principalmente, nas grandes marcas que localizam seus consumidores de acordo com os produtos fornecidos por elas, tornando o global hegemônico, dominante e único, e ignorando a cultura local.

O capitalismo se vale dessa premissa da globalização para impor seus métodos de dominação das esferas do trabalho e da natureza. Nesse sentido, cabe refletir sobre a diferença de abordagem da terra pelos povos camponeses e indígenas em relação aos capitalistas: enquanto o camponês olha para a terra em diferentes ciclos, ou seja, a terra que produziu bem em um ano deve descansar no ano seguinte para então voltar a cultivar, o grande produtor utiliza a terra de forma predatória, com ciclos repetitivos de monocultura de *commodities*, fazendo uso frequente de fertilizantes sintéticos.

Para o capital, o que interessa é a produtividade e não a qualidade da produção, o que faz com que os produtos camponeses sejam considerados menos importantes. Assim, o camponês é cercado pela invasão do capital e cada vez mais tem dificuldade de manter suas experiências de vida e produção ativas. O acúmulo torna-se mais importante do que qualquer outra coisa, mesmo que isso traga impactos ao meio ambiente e à vida das pessoas. “Com o desenvolvimento do comércio e da propriedade privada [...] as necessidades comerciais tornaram-se prioritárias e a produção deixou de estar voltada para as necessidades de quem produzia para atender ao lucro comercial” (Tonet; Lessa, 2008, p. 97).

De acordo com Tonet e Lessa (2008), esse processo de mudança da relação comercial é que levou ao surgimento das classes sociais, que culminaram no aparecimento de inúmeras contradições sociais. A partir dessas transformações, foram impostas à sociedade as divisões de trabalho, que tornaram as relações mercantis cada vez mais importantes.

Com o surgimento e desenvolvimento do capitalismo, essa situação se agravou ainda mais. A essência da sociedade burguesa é a acumulação privada de capital e isso só é possível se os homens viverem em uma sociedade submissa às exigências do processo global de acumulação de capital. Ele, portanto, passa a ser o referencial decisivo de todas as esferas de ação dos homens. No plano individual, uma vida de sucesso é a vida de alguém que acumulou riqueza. No plano social, os homens são reduzidos à força de trabalho, que nada mais é do que uma mercadoria como outra qualquer (Tonet; Lessa, 2008, p. 98).

Seguindo os apontamentos de Tonet e Lessa (2008), ao analisar a teoria de Marx, podemos inferir que o capital é a relação social criada pelos homens e que domina toda a sociedade. Assim a sociedade se torna alienada ao capitalismo através da submissão do ser humano ao capital. Em meio a essa relação de dominação exercida sobre os homens através da exploração do trabalho e mantida pela necessidade humana de sobrevivência, a ciência se apresenta como uma poderosa ferramenta do sistema social, principalmente no que se refere à da produção agrícola, onde os pequenos agricultores que não detém grandes áreas para cultivo e maquinários de última geração sofrem com a disputa desleal de mercado. Manter o conhecimento popular vivo nesse cenário é um grande desafio para os pequenos agricultores. Para tentar superar essa contradição entre ciência e conhecimento popular, Santos (2007, p. 33) enfatiza que:

[...] a possibilidade de que a ciência entre não como monocultura, mas como parte de uma ecologia mais ampla de saberes, em que o saber científico possa dialogar com o saber laico, com o saber popular, com o saber dos indígenas, com o saber das populações urbanas marginais, com o saber camponês.

Cabe ressaltar que os conhecimentos científicos e saberes populares não se anulam, cada um tem sua relevância. É inegável, por exemplo, que para realizar avanços em relação ao estudo de planetas com viagens espaciais a ciência é fundamental, mas, quando se trata da preservação da biodiversidade do planeta Terra, os saberes populares são muito mais eficazes, afinal, a ciência moderna está mais voltada em destruir a biodiversidade do que compreendê-la para preservá-la. Nesse sentido, os povos indígenas são os que ainda mantêm grande parte da biodiversidade de nosso planeta, justamente por compreenderem que são parte dela e não seus donos e que dela dependem para existir. Assim é preciso encontrar o meio termo, de que dependemos das duas formas de conhecimento, popular e científico (Santos, 2007).

O autor ainda propõe cinco ecologias para superar o desperdício da experiência, trazendo experiências ausentes e tornando-as presentes. Destacamos a quinta ecologia, que é a Ecologia das Produtividades.

No domínio da quinta lógica, a lógica produtivista, a sociologia das ausências consiste na recuperação e na valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações econômicas populares, das cooperativas operárias, das empresas autogestionadas, da economia solidária etc., que a ortodoxia produtivista capitalista ocultou e desacreditou (Santos, 2007, p. 36).

Os movimentos sociais em suas mais diversas formas de organização, cada um de acordo com seus objetivos, trazem a lógica da quebra da ortodoxia do sistema capitalista, afinal, visam a emancipação humana através da luta de classes, seja ela no meio urbano ou no meio rural. Citando em específico o MST, quando este organiza as pessoas para ocupar a terra e torná-la produtiva, gerando o sustento de milhares de pessoas, está contribuindo para fortalecer a sociologia das ausências. Quando

Santos (2007) reflete sobre as ecologias, ele aponta caminhos para o fortalecimento das famílias após a conquista da terra, afinal o desafio é enorme de construir processo de produção sustentáveis e que mantenham as pessoas em suas unidades de produção. Cabe, entretanto, ressaltar que todos os movimentos sociais se baseiam na Ecologia das Produtividades.

A sociologia das ausências busca tornar presentes experiências que, embora disponíveis, são tratadas como ausentes, sendo fundamental trazê-las à tona. Em conjunto com a sociologia das ausências, emerge a sociologia das emergências, que visa analisar o futuro de forma concreta, considerando o progresso como um processo não linear. Essa abordagem busca conceber o novo, mesmo sem soluções pré-definidas, e construir um mundo repleto de possibilidades e alternativas, ao contrário da visão única promovida pelo capitalismo (Santos, 2007).

De acordo com Santos (2007), é preciso aproximar os objetivos dos Movimentos Sociais, buscando encontrar pontos de convergências no que há de comum entre eles, ou seja, é preciso criar inteligibilidade sem destruir a diversidade. Esse processo só é possível através do que o autor chama de Tradução, para assim poder captar toda a riqueza de cada organização social, analisando as experiências que estão sendo desperdiçadas e que guardam riquezas imensuráveis.

A teoria crítica, que é a base deste texto, precisa de uma racionalidade diferente daquela que estamos acostumados. Partindo desse pressuposto:

Necessitamos de outro tipo de racionalidade, e aí começamos a pensar um tipo de racionalidade mais ampla, precisamos reinventar a teoria crítica de acordo com nossas necessidades hoje. Uma coisa clara para nós é que não há conhecimento geral; tampouco há ignorância geral (Santos, 2007, p. 52).

Não existem conhecimentos menos relevantes ou mais relevantes, cada conhecimento tem sua importância de acordo com a realidade em que o sujeito está inserido e de acordo com sua construção histórica, cultural e com as relações que ele estabeleceu ao longo de sua trajetória. Quando Santos (2007) destaca que existem dois tipos de conhecimento, o conhecimento de regulação e o conhecimento de emancipação, deixa claro que ambos têm pontos de partida e pontos de chegada, e que a ignorância representa o caos total e o saber é a ordem, a saída deste estado rumo ao esclarecimento. O saber é pôr ordem nas coisas, na sociedade e na realidade. Dominar o saber dentro das classes é perigoso para o sistema social vigente, pois através dele as pessoas chegam à consciência de sua exploração e assim podem compreender a necessidade de se organizar para romper as correntes de dominação do capital (Santos, 2007).

Ainda segundo Santos (2007), a ciência moderna se desenvolveu dentro do conhecimento de regulação, portanto, não é favorável ao conhecimento emancipatório. Por isso a necessidade do conhecimento emancipatório ser o da ecologia de saberes, afinal não é possível dar conta das demandas humanas apenas com o conhecimento científico em detrimento do conhecimento popular/empírico.



Essa ecologia de saberes pretende que se aprenda novos conhecimentos sem que se ignore aqueles que já foram adquiridos.

Ao longo de minha formação dentro da pedagogia do Movimento, torna-se evidente que o neoliberalismo promove a radicalização do presente. Segundo essa perspectiva, a não resolução dos problemas sociais é atribuída ao desenvolvimento incompleto do mercado. Assim, pode-se inferir que a economia determina a maneira como o ambiente reflete as relações sociais e orienta quais conhecimentos devem ser preservados e quais devem ser ocultados. Existem experiências de produção camponesa sem o uso de químicos que apresentam resultados extraordinários, tanto na qualidade quanto na quantidade do que é produzido. Contudo, essa forma de produção não interessa ao grande mercado, pois a ciência que desenvolve “defensivos agrícolas”, sementes geneticamente modificadas e maquinários de alta tecnologia não obteria o retorno econômico desejado.

O termo “neoliberalismo” é recente, data do ano de 1945, e é utilizado, em geral, para denotar a adesão à doutrina liberal de tradição anglo-saxã que afirma ser a liberdade do indivíduo dentro da lei a melhor forma de alcançar, por meio de métodos pragmáticos, a prosperidade e o progresso. O cerne dessa noção é a defesa do capitalismo de livre mercado. O Estado somente deve intervir para restabelecer a livre concorrência econômica e a iniciativa individual (Caldart, 2012a, p.578).

De acordo com Caldart (2012a), o capital utiliza de políticas educacionais neoliberais, através da iniciativa privada, para atuar diretamente na educação brasileira.

Contudo, em que pese o fato de encontrarmos nessas proposições muito da ideologia neoliberal praticada pelos governos afins e pelas corporações que atuam direta ou indiretamente na educação – formar competências para o mercado, flexibilização do controle estatal sobre a educação privada, individualização do ato pedagógico, avaliação tecnocrática para estimular a competição entre as instituições educacionais por meio de rankings, prêmios e castigos, educação compensatória elementar (ler, contar e escrever) para os chamados pobres, associação dos objetivos educacionais com os da governabilidade etc. –, é irrefutável que, mesmo nas experiências neoliberais mais ortodoxas, todos reivindicam algum papel do Estado na educação (Caldart, 2012a, p. 579).

Caldart (2012a) destaca ainda que o MST sustenta que não basta garantir o acesso à escola pública. Urge uma revisão profunda das formas de pesquisar e de produzir o conhecimento. Sem uma crítica radical ao eurocentrismo e à sua forma atual – o pensamento único neoliberal –, a educação serve de “arma” a favor dos setores dominantes. O conhecimento é uma poderosa arma, que pode ser utilizada para libertação, porém se não for com base na teoria crítica, pode ser mais uma forma de alienação ao sistema capitalista.

Segundo Santos (2007) existem duas vertentes do conhecimento, o conhecimento frio e o conhecimento quente: o conhecimento frio refere-se à visão dos obstáculos, e o conhecimento quente é a vontade de ultrapassá-los. Através dele, é possível compreender a necessidade de se romper o colonialismo, analisando as estruturas de poder do Estado que expropria muitas pessoas de sua própria humanidade.

A possibilidade de devolver às pessoas sua humanidade começa pelo conceito de democracia, que se dá através do processo de romper as relações de poder e iniciar o que se pode chamar de “autoridade compartilhada”. Os movimentos sociais trabalham com a ideia de autoridade compartilhada, onde todos fazem parte da tomada de decisões, têm direito à opinião e assim assumem também a responsabilidade sobre os resultados.

A sociedade capitalista se sustenta através de dois sistemas, o sistema de exclusão e o de desigualdades. O sistema de desigualdades acontece através da relação capital/trabalho, afinal sem a exploração da mão de obra do trabalhador não existe acúmulo de capital. Karl Marx (1867) teoriza categoricamente esse processo de geração de capital através do que ele chamou de *mais-valia*. O sistema de exclusão visa manter aqueles que estão fora, às margens da sociedade como invisíveis, não sendo valorizados e respeitados como sujeitos de direitos. A sociologia das ausências traz luz a estes sujeitos que estão escondidos.

Santos (2007, p. 68) acredita que “[...] a ecologia dos saberes que lhes proponho vai ter muitas possibilidades de enfrentar esse problema, sobretudo para enfrentar algumas tradições funestas e nefastas na teoria e na prática crítica da modernidade”. Assim, para que todas as culturas e conhecimentos tenham seus espaços em cada realidade, é preciso utilizar da ecologia como ferramenta de democratização e libertação daqueles que estão explorados.

Diversos movimentos revolucionários latino-americanos, como o governo de Hugo Chávez, contrariam a lógica de silenciamento daqueles que são marginalizados e têm sua humanidade negada. O problema que se apresenta é que muitos movimentos sociais estão muito distantes uns dos outros, o que os torna frágeis e suscetíveis a serem facilmente minados pelo sistema vigente (Santos, 2007). Partindo de tal pressuposto, Santos (2007, p. 96) infere que “O problema dos movimentos sociais é que em determinado momento eles têm uma atividade enorme, estão a todo momento na imprensa, e no mês seguinte já não estão, estão em refluxo, as pessoas não vão às assembleias e reuniões”.

A partir da análise do autor, corroborando com minhas vivências enquanto sujeito formado nas lutas do MST, afirmo em relação à desmobilização dos movimentos sociais, que esta traz à tona um problema crônico inúmeras organizações sociais: quanto há uma demanda emergencial, as pessoas se mobilizam em torno desse objetivo, e a partir da resolução de tal demanda, retorna a estagnação e as lideranças passam a ter dificuldades em reunir seus integrantes. Isso é notável nas realidades dos assentamentos da reforma agrária, pois após a conquista da terra e estruturação dos assentamentos em suas mais diversas demandas, as pessoas passam a batalhar apenas por suas demandas individuais, e não se mobilizam mais de forma coletiva, fragilizando o senso de comunidade.

A partir dos elementos elencados, pode-se afirmar que os movimentos sociais camponeses têm um grande desafio pela frente, que é o de encontrar o equilíbrio entre seus objetivos e articulação com os demais movimentos no sentido do fortalecimento das lutas em prol da emancipação social. As



experiências construídas ao longo de séculos por cada povo precisam ser levadas em conta quando discute-se a estrutura de uma sociedade baseada na ecologia dos saberes. A sociologia das ausências é também a possibilidade de trazer ao presente as experiências que correm risco de serem desperdiçadas. Para o neoliberalismo, o que não gera montante econômico não tem valor, porém aos povos originários e camponeses, cada conhecimento tem sim importância na manutenção das tradições e no direito à humanização (Santos, 2007).

3 AGRICULTURA CAMPONESA

As populações do campo, das águas e das florestas (camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos) apresentam-se fortemente na cena política no Brasil nas últimas décadas, e lutam para conquistar e resistir em seus territórios. Estes sujeitos se organizam em movimentos que desconstruem/constroem/reconstruem territórios, por isso, são denominados de movimentos socioterritoriais (Fernandez, 2005).

A agricultura camponesa é um modo de desenvolvimento agrícola e de vida para famílias que, ao terem acesso à terra e aos recursos naturais disponíveis, começam a produzir alimentos que garantem seu sustento. Esse modelo se diferencia do modo de produção capitalista, que expropria o trabalhador dos frutos de seu trabalho.

As unidades de produção camponesas, ao terem como centralidade a reprodução social de seus trabalhadores diretos, que são os próprios membros da família, apresentam uma racionalidade distinta daquela que as empresas capitalistas, que se baseiam no assalariamento para obtenção de lucro. Como as famílias camponesas reproduzem a sua especificidade numa formação social dominada pelo capitalismo e dado que a economia camponesa supõe os mercados, as unidades de produção camponesas sofrem influências as mais distintas sobre o seu modo de fazer agricultura (Caldart, 2012, p. 26).

O campesinato enfrenta um processo de enfrentamento ideológico devido às expressões hegemônicas capitalistas, como a agricultura de subsistência e a agricultura familiar. Desde o período colonial, a agricultura de subsistência discrimina a produção camponesa, considerando o camponês subalterno e inferior por não atender às demandas do grande mercado e da monocultura em larga escala.

Após o processo da Revolução Verde, em meados de 1950, introduziu-se a concepção de que os camponeses deveriam realizar contratos com as empresas capitalistas, passando a ser chamados de Agricultores Familiares.

A expressão agricultura familiar traz como corolário de sua concepção a ideia de que a possibilidade de crescimento da renda familiar camponesa só poderá ocorrer se houver a integração direta e indireta da agricultura familiar com as empresas capitalistas, em particular as agroindústrias (Caldart, 2012, p. 29).

Esse processo de consolidação da agricultura familiar trouxe consigo a subordinação dos agricultores às empresas capitalistas, tornando-os reprodutores da matriz tecnológica de produção dominante. Já a concepção de agricultura camponesa incorpora a perspectiva da produção e modo de viver autônomo, sem negar a modernidade. O foco central da agricultura camponesa é a produção de alimentos tanto para a reprodução da família como para alimentar a sociedade em sentido mais amplo.

4 EDUCAÇÃO DO CAMPO

Não se pode abordar a história da *educação do campo* sem antes examinar seu movimento e reconhecer este novo espaço de aprofundamento de ideias e valores construídos coletivamente por trabalhadores e trabalhadoras, sujeitos de sua própria história, incluindo camponeses e camponesas, além de educadores e educadoras comprometidos com a classe trabalhadora, que, até o momento em que assumiram protagonismo histórico, eram percebidos por meio de outras perspectivas e concepções.

A educação rural remete aos tempos em que os coronéis tinham um espaço na sua própria fazenda para alfabetização e escolarização dos filhos dos empregados, nos níveis que os primeiros desejassem. Este tempo ainda persiste em fazendas rurais do Brasil em agroindústrias e indústrias, com mercados e artimanhas internas que “cabrestam” pessoas, obrigando-as a comprar seus produtos e seguir seus ideais.

A origem da *educação do campo* remonta aos movimentos populares camponeses, nos quais os próprios sujeitos passam a organizar suas vidas com base nas necessidades que identificam. Assim, em meados da década de 90, mais precisamente em 1997, aconteceu o ENERA (1º Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária) em parceria com a UnB (Universidade de Brasília). Desta data em diante, as práticas já realizadas nas áreas camponesas foram sistematizadas e se solidificaram no campo do enfrentamento de classe. A *educação rural* ultrapassada em seu conceito e prática dá lugar à *educação do campo*. A ênfase em *DO campo* remete aos sujeitos pelos quais ela é pensada, os sujeitos camponeses.

Cabe aqui, imprescindivelmente, explicar que o conceito de *educação do campo* foi sequestrado e deturpado pela elite brasileira de tal forma que o agronegócio intitula-se defensor da *educação do campo*, federações patronais e sindicatos patronais. Diante disso, faz-se necessário dizer que enquanto trabalhadores e trabalhadoras, continuaremos construindo uma educação em nível de alfabetização, escolarização em todos os níveis, de acordo com as nossas demandas, que são muito maiores que a utopia da liberdade plena do ser humano.

A história da educação no Movimento Sem Terra é uma caminhada feita com persistência e luta. Pela educação básica das crianças assentadas, pais, professores, jovens e alunos muito têm batalhado. Coletivamente e com as condições de cada momento. A educação proposta pelo MST tem uma organização, trabalho e matrizes diferenciadas, já que a realidade é também distinta. Urge ainda

pensar que, na verdade, tal organização está cada vez maior e mais complexa. A luta dos trabalhadores cresce em necessidade e força. Por isso, os desafios também aumentam e ficam mais complexos. A educação precisa assumir as tarefas que lhe cabem neste processo de fortalecimento da organicidade do MST, de clareza do projeto político pedagógico, bem como dos princípios pedagógicos.

Segundo Caldart (1996), os princípios pedagógicos se referem ao jeito de fazer e de pensar a educação, para concretizar os próprios princípios filosóficos. Dizem dos elementos que são essenciais e gerais na nossa proposta de educação, incluindo especialmente a reflexão metodológica dos processos educativos, chamando a atenção de que pode haver práticas diferenciadas a partir dos mesmos princípios pedagógicos e filosóficos. Ou seja, a prática pedagógica que acontece numa escola de assentamento em muito difere da prática pedagógica que acontece numa outra escola qualquer.

A palavra educação tem muitos sentidos. Para o MST, vem a ser o processo de formação humana, através do qual as pessoas se inserem numa determinada sociedade, transformando-se e transformando esta sociedade. Por isso ela está sempre ligada com uma concepção de mundo. Para o movimento, a educação nunca é neutra: ou ela transforma a realidade ao qual está inserida ou ajuda perpetuando um sistema que eleva cada vez mais a mercadoria e rebaixa cada vez mais o ser humano.

Ao longo do meu caminho na educação, tanto na prática de educador do campo como em minha formação acadêmica voltada à *educação do campo*, adquiri a consciência de que a liberdade da terra não é assunto só de lavradores. A liberdade da terra é assunto de todos, pois não basta ter escola no campo, é necessário que se ajude a construir escolas do campo, com um projeto político pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo. Não se deve pensar a *educação do campo* como um projeto político partidário ou de um movimento social, mas sim, como uma educação que esteja vinculada às necessidades de todo povo do campo, ligada às suas realidades para que o aprendizado não seja vazio, sem sentido para suas vidas.

A partir dos estudos proporcionados pela pedagogia do MST, que se firma a partir da realidade do educando e na preservação das raízes culturais de cada comunidade é que a *educação do campo* atua em suas metodologias e práticas. O camponês, em especial o assentado, nega inconscientemente sua própria condição de pessoa do campo, vendo-se como inferior ao invés de diferente da pessoa urbana, falseando assim sua identidade. A *educação do campo* trabalha na perspectiva de que as pessoas do campo possam identificar-se como pertencentes a algo, com todos os valores e particularidades.

A *educação do campo* com sua pedagogia diferenciada, busca a implantação de um aprendizado que identifique o camponês como filho da terra e que tenha com ela uma estreita ligação de lutas, conquistas, vida saudável, valores diferenciados e amor. Acredita-se que dentro dessa educação está o germe para a transformação de toda sociedade. Esta educação questiona as estruturas sociais e a cultura que as legitima, interrogando a sociedade. Essa formação vai muito além da escola,

ela ocorre através de todo processo histórico de cada indivíduo e de cada sociedade através da vivência e das experiências diárias, está sempre ligada a um determinado projeto político e a uma concepção de mundo.

Com a pedagogia do Movimento, acredita-se que para a concretização da *educação do campo*, ela necessita tornar-se um projeto educativo que seja incluído nas políticas públicas. Um dos objetivos políticos da *educação do campo* é ajudar na mobilização e organização dos camponeses em movimentos sociais que fortaleçam e identifiquem sua presença coletiva na sociedade e que seja seu espaço principal de educação para a participação e para as lutas sociais necessárias.

Segundo Caldart (2009), pode-se afirmar que a escola almejada para o campo seja aquela que ajude a conhecer a realidade ou realidades. Deve partir daquilo que se pensa, se vive, se faz e se diz. Ela precisa de um currículo que atenda as necessidades de cada realidade. Primeiramente deve ter bem claro os seus objetivos, e a partir deles, buscar saber o que deve ser feito para atingi-los. Valoriza-se também através da *educação do campo* a necessidade de se produzir agroecologicamente para que ocorra a preservação de todas as formas de vida e para que a terra continue a gerar alimentos com qualidade, também no futuro.

Nesse ponto Caldart (2009) nos aponta a importância de a *educação do campo* estar vinculada ao processo de produção de alimentos, trabalhando no chão da escola a consciência e as ferramentas necessárias para o domínio da técnica produtiva que a agroecologia propõe como alternativa ao modelo produtivo do agronegócio.

Se uma ação livre somente o é na medida em que o homem transforma seu mundo e a si mesmo, se uma condição positiva para a liberdade é o despertar das possibilidades criadoras humanas, se a luta por uma sociedade livre não o é a menos que, através dela, seja criado um sempre maior grau de liberdade individual, se há de reconhecer ao processo revolucionário o seu caráter eminentemente pedagógico (Freire, 1987, p. 134-135).

Para o autor, toda vez que se fala em práticas sociais, em trabalho, em cultura, também se pode estar falando de educação, e é por este motivo que a educação não pode ser concebida de forma desligada da realidade. A escola é a continuação da realidade e não um lugar de fuga dela. A realidade deve ser o ponto de partida e o ponto de chegada da educação. O senso comum e os conhecimentos diários devem ser os pontos de partida que através do estudo, análise e compreensão se transformarão em conhecimentos científicos que voltarão para a sociedade sob a forma de novas práticas transformando a realidade.

Compreendendo que a *educação do campo* é mais abrangente do que simplesmente o espaço rural, ela envolve uma proposta de transformação para toda a sociedade, pois não há desenvolvimento humano se somente um dos setores sociais se desenvolve e os demais permanecem estagnados. A partir de meus estudos e vivências, considero que a *educação do campo* não é uma proposta pronta, não apresenta soluções acabadas. Ela está em construção e deve ser adequada a cada realidade em que está



inserida. Ela não ignora a educação formal e os conteúdos tradicionais, pois eles também fazem parte do aprendizado, mas eles devem se adequar às necessidades de cada realidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação não é neutra: ou ela transforma a realidade ao qual está inserida ou ajuda perpetuando um sistema que valoriza a mercadoria e oprime os sujeitos. A liberdade de acesso e uso da terra não é utopia somente de lavradores, é também da humanidade como um todo. Assim, entendemos que a terra não é privada, é pública e direito de todas as pessoas que nela querem produzir, sem exceção. Nesse sentido, não basta ter escola no campo, é preciso construir escolas do campo, ou seja, escolas com um projeto político pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo.

A *educação do campo* é uma ferramenta poderosa para manter vivas as experiências camponesas de produção. Os conhecimentos tradicionais desenvolvidos em sala de aula, impulsionam os processos educativos, dando assim, sentido aos conteúdos abordados, ou seja, contextualizados. Em síntese, pode-se afirmar que a escola almejada para o campo é aquela que ajuda a conhecer a realidade ou realidades, partindo daquilo que se pensa, se vive, se faz e se diz. Ela precisa de um currículo que atenda às necessidades de cada realidade.

Valoriza-se também através da *educação do campo* a necessidade de se produzir agroecologicamente para que ocorra a preservação de todas as formas de vida e para que a terra continue a gerar alimentos com qualidade também no futuro. Nessa perspectiva, tratar dos conteúdos a partir da realidade concreta do campo, valorizando o camponês, fortalece a dimensão cultural da resistência deste em sua terra conquistada. O conhecimento tradicional praticado pelos camponeses, quando levado aos ambientes de educação formal e abordado com a devida importância, pode se tornar científico e ser base para uma educação pensada a nível geral.

Segundo os resultados da pesquisa empírica realizada, observou-se que desde as ocupações com o objetivo de conquistar a terra até os dias atuais (2024), as pessoas entrevistadas demonstram um forte vínculo com a causa do movimento social como uma ferramenta de luta por dignidade e transformação da realidade em que viviam antes de se juntarem ao MST. Fica evidente também que ocorreram muitas mudanças no contexto das tecnologias utilizadas na pequena agricultura. No início dos assentamentos (1986), o trabalho era predominantemente manual, realizado com ferramentas rústicas como machado, foice, facão e arado de boi. Diante de terras de qualidade inferior e baixa produtividade, a sobrevivência foi um desafio e muitas famílias acabaram por abandonar seus lotes, migrando novamente para os centros urbanos.

Com o passar dos anos, as técnicas de produção tradicional trazidas pelos camponeses, aliadas a tecnologia e fortalecimento das cooperativas, foram facilitando a evolução dos assentamentos e

consequentemente melhorando a condição de vida dos assentados. O conhecimento tradicional camponês está presente desde o preparo do solo, o cultivo e melhora da semente crioula, o uso das plantas medicinais, as épocas de plantio baseado nas fases da lua, o preparo de adubos orgânicos para redução de custo com indústria e a própria forma de viver no campo, com particularidades de cada comunidade, formando uma cultura específica.

Uma questão que emerge fortemente nas falas dos entrevistados é a preocupação com a não sucessão familiar nos lotes de assentamentos. A tendência de permanecerem apenas os mais idosos nas propriedades tem acarretado dificuldades de mão de obra para o trabalho, o que, por sua vez, tem contribuído para o êxodo rural nessas regiões. Esta realidade impacta diretamente na estruturação da comunidade, uma vez que as escolas enfrentam uma diminuição no número de estudantes, as cooperativas sofrem com a escassez de sócios, o que dificulta a manutenção de suas atividades e, consequentemente, o processo de venda dos lotes propicia a formação de mini latifúndios.

Ainda nos assentamentos mantém-se ativas experiências de resistência e de vida no que diz respeito às produções de alimentos saudáveis. Em Abelardo Luz, funciona a Feira do Pequeno Agricultor todos os sábados, e as famílias assentadas têm acesso a esse espaço na cidade para comercializar seus produtos, valorizando assim sua produção. Durante a pesquisa de campo, foi possível conhecer duas experiências de produção que fogem dos padrões da agricultura capitalista, sendo uma família camponesa no Assentamento Dom José Gomes em Chapecó (SC) e uma na comunidade de Santa Rosa III, em Abelardo Luz (SC). Ambas as experiências de produção visam evitar o uso de produtos químicos e técnicas de agricultura que agredam o solo e os recursos naturais. São exemplos de que é possível ter renda sem ter que aderir ao modo convencional de produção, tratando a natureza como riqueza indispensável para a vida e não como uma simples mercadoria como o sistema capitalista de sociedade trata.

Santin (2023), traz a constatação de o movimento Sem Terra assumiu uma dimensão que vai além da luta pela terra, ou seja, não é só conquistando um pedaço de chão que o problema está resolvido, mas é preciso avançar também na questão do modelo que se utiliza. De acordo com o autor,

Com a nossa experiência podemos perceber que com a diversidade a produtividade é muito maior, talvez você possa colher um pouco menos de milho por hectare, porém junto com milho você pode colher outras plantas, outros produtos e além disso cuida da terra. Entendendo os ciclos da natureza, você pode colher resultados muito melhores, mas aí remete a uma série de políticas públicas, por exemplo agricultura do agronegócio.

As pessoas estão necessitando também de realização humana. O capital passa a ideia de que é necessário ter dinheiro para ter realização, mas é perceptível que este sistema está levando os agricultores ao endividamento, causando depressão desde a juventude no campo. Assim, as experiências camponesas acumuladas em gerações de agroecologia consolidam-se como



enfrentamento ao modelo de agricultura convencional e como uma forma de obtenção de renda para os pequenos agricultores.

Santin (2023) analisa ainda sobre os conhecimentos tradicionais que:

Trazemos o conhecimento tradicional como base, ou seja, produzir na diversidade em na qualidade e não na quantidade. Falando da perspectiva tecnológica e científica a maior universidade que temos é a Natureza e essa infelizmente precisamos ainda adquirir muita sabedoria e conhecimento sobre ela. Então o desafio é de como as novas gerações podem conhecer mais sobre a Natureza. A Natureza para nós tem um efeito de produção e também de terapia.

A partir da pesquisa de campo alguns elementos se mostraram presentes. Para os camponeses a relação com a terra, com os sinais da natureza e o uso das plantas medicinais está bem presente. Na fala de Santin (2023):

Quando estamos estressados com o trânsito com o dia a dia, do trabalho, chegar em casa e ir até lavoura, colocar a mão na terra e os pés no chão é uma excelente terapia. Conhecer a natureza é importantíssimo, afinal, por exemplo, por que a melância está madura na época em que mais precisamos de líquido ou por que os cítricos estão maduros no inverno? Esses elementos mostram que a natureza está nos dando os sinais e precisamos aprender a entender esse sinais. Por que os antigos mandavam colocar as crianças com os pés no chão? A terra é um elemento aglutinador, que unifica, por exemplo: se tiver dois leitões de porcas diferentes no chiqueiro e jogarmos uma apasada de terra no meio, eles não brigam, por que a terra deixa eles com o mesmo cheiro. Outro conhecimento tradicional é das plantas, por exemplo, aqui estamos implantando uma agrofloresta, onde podemos organizar as plantas de acordo com as que precisam um pouco mais de sombra, as que precisam menos, como vamos organizando em um mesmo lugar várias espécies diferentes.

Em relação à semente, Luz (2024), analisa da seguinte maneira:

Quando eu era criança, morava com meus avós e como eles tinham já um pedaço de terra, sempre foram muito caprichosos, cuidavam muito das sementes principalmente, nunca compraram um grão de semente. No tempo que eu era criança eles trocavam muitas sementes entre os vizinhos, o que dava muita variedade de cada tipo de plantação. Nunca comi no meu tempo de criança um milho ou arroz comprado, sempre plantamos nosso próprio alimento e colhíamos.

Uma das bases da agroecologia é a semente. É fundamental ter o domínio da semente para que não haja dependência do pacote tecnológico implantado pelas empresas que visam dominar o processo produtivo. O conhecimento tradicional nos ensinou a entender os sinais da natureza, ela nos ensina o que precisamos entender para colher bons frutos. A ciência é importante, mas a prática nos traz vivências imensuráveis.



REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo. Dicionário da educação do campo, v. 2, p. 257-265, 2012. Disponível em: https://www5.unioeste.br/portaunioeste/images/files/GEFHEMP/Textos_Bloco_I/01_B_-_Roseli_S_Caldart_-_Educa%C3%A7%C3%A3o_do_Campo.pdf. Acesso em 13 fev. 2023.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. Trabalho, educação e saúde, v. 7, p. 35-64, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/z6LjzpG6H8ghXxbGtMsYG3f/>. Acesso 10 fev. 2023.

CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista Nera. Presidente Prudente: Unesp, ano 8, n. 6, p. 14 – 34, jan./jun. 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

LUZ, Romilda Victor Bandeira da. Assentamentos do MST. Entrevista concedida para a dissertação de Robison Risso. Abelardo Luz, SC. 20 de março de 2024.

MST. Princípios da Educação no MST: Reforma agrária, semeando educação e cidadania. Caderno de Educação, n. 8. São Paulo, 1996.

SANTIN, Álvaro. Assentamentos do MST. Entrevista concedida para a dissertação de Robison Risso. Chapecó, SC. 07 de novembro de 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Renovar a teoria crítica e reinventar a Emancipação social. Tradução de Mouzar Bedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

TONET, Ivo; LESSA, Sérgio. Introdução à filosofia de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2008.